

APRESENTAÇÃO

2010: REFLEXÕES SOBRE O BICENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

FLECK, Gilmei Francisco (UNIOESTE/Cascavel)

A segunda edição de 2010 de nossa Revista de Literatura, História e Memória traz como centro das reflexões propostas o significativo ano de 2010, no qual os países latino-americanos voltam seus olhares para o bicentenário de seus processos de independência das metrópoles europeias que os colonizaram. Entre os aspectos mais relevantes desse processo encontram-se as releituras da história pela ficção, já que os textos híbridos – caracterizados como romances históricos – ganharam, em nosso continente, uma dimensão que os projetou como uma das mais críticas formas de escrita da contemporaneidade, segundo Aínsa (1988-1991)¹ e Menton (1993)².

De acordo com Larios (1997, p. 133 – nossa trad. do espanhol), o novo romance histórico latino-americano “[...] torna-se crítica do presente e tenta, na ordem consciente de sua geração, através da impugnação, da paródia, da ironia, da desconstrução, do anacronismo, da simultaneidade de um passado alterno, uma visão totalizada de mundo”. Tal intento se dá pelo fato de que, essa escrita híbrida “[...] instaura em seu novo saber narrativo linguagens especializadas, exclusivas, intertextualizadas, com as quais se disputa o saber científico da história a tarefa final com o passado histórico: sua compreensão. (LARIOS, 1997, p. 133)³. Buscamos, pois, reunir um conjunto de textos, elaborados por especialistas e estudiosos, que analisam tais representações quando estas se voltam, de uma ou outra maneira, às releituras dos processos de independência das nações latino-americanos nesse ano do bicentenário.

A pergunta mais complexa que nos moveu a tal eleição diz respeito à postura da academia nesse contexto. Interessa-nos averiguar qual é a discussão que deve ser levada a cabo pelo pensamento acadêmico nesse congestionamento de informações sobre a efeméride e que papel representa esse pensamento para a sociedade como um todo.

Talvez fosse o caso de começar pela própria expressão em si: *Bicentenário da Independência*. Trata-se, como se pode notar, de uma efeméride comemorada durante o ano de 2010, nos países hispano-americanos. Comemora-se, em vários desses países, o segundo centenário de sua independência. Algumas perguntas poderiam ser postas já de saída: se se comemora a independência é porque ela ocorreu. Em que medida ocorreu e o que representa essa independência para a situação atual desses países é a primeira discussão. Essa pode abranger diversos âmbitos, como o político, o social, o econômico, o histórico, o cultural, e assim por diante. O que representa, enfim para a população desses países os duzentos anos de independência? Muito se pode dizer sobre isso, nos vários contextos, desde aqueles que defendem a posição de que essa independência ainda não ocorreu plenamente, até as mais variadas interpretações para o fato, a partir de uma simples pergunta: o que é, enfim, ser independente em tempos atuais?

Outra linha de pensamento seria aquela que penderia para a problematização da comemoração em si. Qual a função das efemérides para a sociedade e para os grupos de poder nessas sociedades? Qual o sentido da celebração em si, com suas comissões encarregadas de organizar congressos, desfiles e exposições, imprimir livros, cartazes, faixas e selos, cunhar moedas e medalhas comemorativas, realizar espetáculos artísticos, culturais e políticos, inaugurar obras grandiosas, umas não tão faustuosas como outras, ou até mesmo preparar safras especiais de vinho com o rótulo de "Bicentenário da Independência", como vem ocorrendo desde o ano passado em vários países hispano-americanos?

Discutir como cada comunidade cultural hispano-americana construiu o discurso fundador de sua nacionalidade, escolhendo para essa construção os elementos que pareceram significativos para aqueles que detinham o poder econômico naquele momento é uma tarefa necessária. Refletir se esse discurso fundador ainda tem sentido e como ele representa os diversos setores que constituem essas comunidades também é, mais que interessante, necessário. A pergunta que deve ser feita, mais que simplesmente sair à rua festejar uma data cujo sentido não entendemos muito bem é: o que significa essa celebração para cada cidadão e também para quem está patrocinando o desfile?

Em termos gerais, pode-se dizer que o século XVIII representou o ingresso na Modernidade como a conhecemos atualmente. Alavancadas na revolução industrial que mudou totalmente as formas de produção no mundo e as relações sociais e políticas dela decorrentes, essas mudanças também chegaram ao nível das ideias, desembocando num repensar o mundo e o papel do indivíduo nesse mundo, conhecido como Iluminismo. Depois de o *Contrato social* (1762), de Rousseau, ou da *Declaração dos direitos do homem* (1789), entre tantas outras obras, o mundo já não seria o mesmo. A Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, cujos bicentenários foram celebrados com a devida pompa, consolidaram definitivamente as transformações em curso.

Paradoxalmente, a exportação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, divisa do processo revolucionário francês, pelos exércitos de Napoleão causou um grande rearranjo no mapa político europeu e conseqüentemente mundial. Por um lado, fez com que cada homem se sentisse cidadão e pela primeira vez pudesse almejar ser dono de seu próprio destino. Por outro, como reação, fez surgir uma onda de nacionalismos que acabou por fazer com que muitos se sentissem mais iguais que outros.

Isso ocorre na Espanha: as ideias francesas que pretendiam ilustrar o país, livrando-o das velhas pragas do conservadorismo religioso (a Santa Inquisição seguia vigente), do imperialismo que espoliava as colônias americanas que pagavam a conta de uma economia ancorada em valores da Idade Média, também faz surgir um nacionalismo rancoroso, popular, mas conservador. A invasão francesa de 1808 apeia do trono a dinastia ilustrada dos Bourbon, substituída por um governo títere de Napoleão (no trono seu irmão, José, que os espanhóis com rancor apelidaram de *Pepe Botella*). A reação popular é imediata e começa a Guerra de Independência Espanhola, que também não deixa de ser uma espécie de Guerra Civil, que destruiu o país até 1814. No extremo sul do país se reúnem as Cortes de Cádiz que redigem a primeira Constituição da história espanhola, votada em 1812, mas que por seu conteúdo liberal foi anulada pelo rei Fernando VII, o conservador devolvido ao trono após a derrota de Napoleão.

Esse é o contexto das primeiras manifestações de independência ocorridas ao longo do vasto território colonial espanhol nas Américas. Trata-se, como a Guerra de Independência da Espanha, de um movimento amplo e complexo. São manifestações variadas que incluem desde movimentos revolucionários, de acordo com os princípios franceses, até simples moções de apoio negando o rei francês no trono da Espanha, em defesa do rei espanhol na prisão. Entre 1809 e 1811, praticamente todas as regiões da vasta administração espanhola na América instalaram Juntas de Governo

independentes do poder espanhol.

A lista dos bicentenários hispano-americanos se refere a essas juntas, instaladas ao longo de 1810, e consideradas, na construção dos discursos fundadores das novas nações que surgem pelo território americano nas décadas seguintes, como marco da independência. As atuais repúblicas da Venezuela, Argentina, Colômbia, México e Chile (nesta ordem cronológica), países cuja independência se consolida nas décadas seguintes, constituem essa lista de 1810. A Bolívia preferiu adiantar-se, escolhendo como data de seu Bicentenário, inaugurado com toda a pompa pelo presidente Evo Morales, a Revolução de Chuquisaca, ocorrida em maio de 1809. O Paraguai, num primeiro momento preferiu não se alinhar com Buenos Aires e declarou sua Independência em 1811.

Merece destacar, no entanto, que são datas escolhidas praticamente ao acaso, uma vez que a maior parte desses países teria sua independência "real", por assim dizer, consolidada bem mais tarde. Muitas dessas regiões enfrentariam a reação espanhola que não tardou em chegar, principalmente naquelas regiões mais ricas, como o México ou Peru. A Guerra de Independência, iniciada em 1810, apenas terminou em 1823, quando com exceção das ilhas do Caribe, a Espanha foi derrotada em todo o continente. O processo, no entanto, não termina com a retirada dos espanhóis, uma vez que as várias regiões enfrentaram um longo período de guerras internas, que praticamente duraria toda a primeira metade do século XIX.

Se, para a estruturação dos primeiros governos, republicanos todos, o modelo foi a organização dos Estados Unidos da América, na guerra contra a Espanha, foi importante o apoio dos ingleses. A Inglaterra foi a grande vitoriosa, uma vez que pôde incorporar em seu domínio o comércio com essa vasta zona produtora de matérias primas, compradora de seus produtos manufaturados e da prestação de serviços, como a construção da malha ferroviária, a modernização dos portos, a modernização das cidades e o financiamento das guerras locais, entre outros.

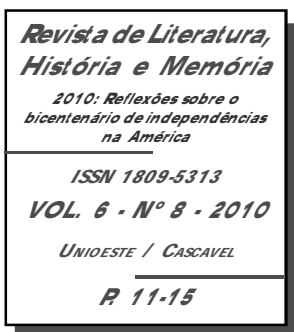
Na verdade, poucas mudanças ocorreram nesses países. Manteve-se a estrutura econômica vigente na colônia, com a diferença de que agora o comércio se faz, usualmente com os ingleses. Uma elite, em sua maioria branca ou levemente mestiça, controla a propriedade da terra e dos meios de produção e mantém sob seu poder a grande massa de trabalhadores, em geral formada por populações indígenas, mestiças ou descendentes de escravos africanos trazidos durante a colônia. De acordo com a região, também há uma população branca pobre, distribuída em geral na prestação de serviços nos insignificantes centros urbanos. As cidades, com a independência e o conseqüente afluxo de capitais estrangeiros, basicamente inglês, ou excedentes da agricultura, pecuária e exploração mineral, começam a incrementar-se e veem surgir

uma incipiente classe média cuja importância crescerá com o passar do tempo.

Pensar o Bicentenário é pensar tudo isso, uma tarefa, evidentemente complexa, como a realidade do conjunto de países que escolheu o ano de 2010 para suas comemorações. Tão complexa, enfim, como a realidade de cada um desses países. Apresentamos, em seguida, alguns trabalhos, que no limiar entre a literatura, essa forma privilegiada de ler a história; a história e a memória, propõem-se a contribuir para essa discussão. Desejamos a todos uma boa leitura.

NOTAS

- 1 AÍNSA, F. El proceso de la nueva narrativa latinoamericana de la historia y la parodia. *El Nacional*, Caracas, p. 7-8, 17 dic. 1988.
- AÍNSA, F. *La nueva novela histórica latinoamericana*. Plural, México, v. 240, p. 82-85, 1991.
- 2 MENTON, S. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- 3 LARIOS, M. A. Espejo de dos rostros. Modernidad y postmodernidad en el tratamiento de la historia. In: KOHUT, K. (Ed.). *La invención del pasado: la novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt; Madrid: Vervuert, 1997.



PRESENTACIÓN

FLECK, Gilmei Francisco (UNIOESTE/Cascavel)
Tradução (espanhol): RIBEIRO, Bruna Otani (UNIOESTE/Cascavel)

2010: REFLEXIONES SOBRE EL BICENTENARIO DE LAS INDEPENDENCIAS EN AMÉRICA – UNA BREVE CONTEXTUALIZACIÓN

La segunda edición de 2010 de nuestra Revista de Literatura Historia y Memoria contiene, como tema central, un conjunto de reflexiones producidas durante el significativo año de 2010, año en que los países latinoamericanos direccionan sus miradas hacia la conmemoración del bicentenario de los procesos de independencia de las metrópolis europeas que los colonizaron. Entre los aspectos más relevantes de esta temática se destacan las relecturas de la historia por la ficción, ya que los textos híbridos – caracterizados como novelas históricas – ganaron, en nuestro continente, una dimensión que los proyectó como una de las formas más críticas de escritura de la contemporaneidad, según Aínsa (1988-1991)⁴ y Menton (1993)⁵.

De acuerdo con Larios (1997, p. 133), la nueva novela histórica latinoamericana “[...] se vuelve crítica del presente e intenta, en el orden consciente de su generación, a través de la impugación, la parodia, la ironía, la deconstrucción, el anacronismo, la simultaneidad de un pasado alterno, una visión totalizadora del mundo. Tal intento ocurre por el hecho de que esa modalidad de escritura híbrida “[...] instaura en su nuevo saber narrativo lenguajes especializados, exclusivos, intertextualizados, con los que se disputa el saber científico de la historia la tarea final con el pasado histórico: su comprensión. (LARIOS, 1997, p. 133)⁶. Buscamos, por lo tanto, reunir un conjunto de textos, elaborados por especialistas y estudiosos, que analizan dichas representaciones cuando ellas se ocupan, de una manera o de otra, de las relecturas correspondientes a los procesos independentistas de las naciones latinoamericanas.

La cuestión más compleja que nos llevó a formular esta elección se refiere a la posición asumida por la academia en ese contexto. Nos interesa averiguar cuál es la discusión llevada a cabo por el pensamiento académico en ese congestionamiento

de informaciones sobre la efeméride y la interpretación del papel que representa tal pensamiento para la sociedad en su conjunto.

Tal vez sea conveniente empezar por la propia expresión en sí: *Bicentenario de la Independencia*. Se trata, como se puede notar, de una efeméride celebrada durante el año de 2010, en los países hispanoamericanos. Se conmemora, en varios de estos países, el segundo centenario de sus independencias. Algunas preguntas podrían ser formuladas desde el comienzo: si se celebra la independencia es porque ésta efectivamente ocurrió. En qué medida ocurrió y/o qué representa esa independencia para la situación actual de estos países, constituye la primera discusión. Esta puede abarcar diversos ámbitos, como el político, el social, el económico, el histórico, el cultural, entre otros. O también, puede preguntarse, ¿qué representa, en última instancia, para la población de estos países los doscientos años de independencia? Mucho es lo que se puede decir acerca de tales asuntos en diversos contextos; desde aquellos que defienden la posición de que esta independencia todavía no ocurrió plenamente, hasta las más variadas interpretaciones para el hecho, a partir de una simple pregunta: ¿qué significa, en definitiva, ser independiente en los tiempos actuales?

Otra línea de pensamiento sería aquella que tendería a la problematización de la propia conmemoración del Bicentenario. ¿Cuál es la función de esta celebración de las efemérides para las sociedades y los grupos de poder en estas sociedades? ¿Cuál es el sentido de la celebración, con sus comisiones encargadas de organizar conferencias, exposiciones y desfiles, imprimir libros, carteles, banderas y sellos, acuñar monedas y medallas conmemorativas, realizar espectáculos artísticos, culturales y políticos, inaugurar grandes obras, unas no tan ostentosas como otras, o incluso preparar cosechas especiales de vino con la etiqueta "Bicentenario de la Independencia", como viene ocurriendo desde el año pasado en varios países hispanoamericanos?

Discutir el modo en que cada comunidad cultural hispanoamericana construyó el discurso fundador de su nacionalidad, escogiendo para esa construcción los elementos que parecieron significativos para aquellos que detenían el poder económico en aquel momento resulta una tarea necesaria. Reflexionar sobre si este discurso fundador todavía tiene sentido y cómo él representa a los distintos sectores que constituyen estas comunidades también es, más que interesante, necesario. La pregunta que debe hacerse, en lugar de salir a las calles a celebrar una fecha cuyo significado no se entiende muy bien es: ¿Qué significa esta celebración para cada ciudadano y también para quién está organizando el desfile?

En general, se puede decir que el siglo XVIII representó el ingreso en la

Modernidad tal como la conocemos actualmente. Sostenidas en la revolución industrial que cambió por completo las formas de la producción mundial y las relaciones sociales y políticas de ella resultantes, estos cambios también llegarán al nivel de las ideas, desembocando en un repensar el mundo y el papel del individuo en este mundo, conocido como Iluminismo. Después del *Contrato social* (1762), de Rousseau, o de la *Declaración de los Derechos del hombre* (1789), entre tantas otras obras, el mundo ya no sería el mismo. La Independencia de los Estados Unidos de América en 1776, y la Revolución Francesa en 1789, cuyos bicentenarios fueron celebrados con la debida pompa, consolidarán definitivamente las transformaciones en curso.

Paradójicamente, la exportación de los ideales de libertad, igualdad y fraternidad, emblema del proceso revolucionario francés por los ejércitos de Napoleón, provocó una gran reorganización en el mapa político europeo y, consecuentemente, mundial. Por un lado, logró que cada hombre se sintiera ciudadano y, por primera vez, pudiera aspirar a ser dueño de su propio destino. Por otro, y en respuesta a esos logros, hizo surgir una ola de nacionalismos que acabó por conseguir que muchos se sintiesen más iguales que otros.

Esto ocurre en España: las ideas francesas que pretendían ilustrar el país, librándolo de las viejas plagas del conservadurismo religioso (la Santa Inquisición seguía vigente), del imperialismo que expoliaba las colonias americanas que pagaban la cuenta de una economía anclada en valores de la Edad Media, también hace surgir un nacionalismo rencoroso, popular, más conservador. La invasión francesa de 1808 baja del trono a la ilustrada dinastía de los Borbones, reemplazada por un gobierno títere de Napoleón (en el trono su hermano, José, que los españoles, con rencor, apodaron Pepe Botella). La reacción popular es inmediata y se inicia la Guerra de la Independencia Española, que también constituye una especie de Guerra Civil, que destruirá el país hacia 1814. En el extremo sur de España se reúnen las Cortes de Cádiz que redactan la primera Constitución de la historia española, votada en 1812, que, sin embargo, por su contenido liberal fue anulada por el rey Fernando VII, el conservador vuelto al trono después de la derrota de Napoleón.

Este es el contexto de las primeras manifestaciones de independencia ocurridas a lo largo del vasto territorio colonial español en las Américas. Se trata, como la Guerra de la Independencia de España, de un movimiento amplio y complejo. Son manifestaciones variadas que incluyen desde movimientos revolucionarios, de acuerdo con los principios franceses, hasta simples mociones de apoyo, negando al rey francés el trono de España, en defensa del rey español en prisión. Entre 1809 y 1811, prácticamente todas las regiones de la vasta administración española en América

instalaron Juntas de Gobierno independientes del poder español.

La lista de los bicentenarios hispanoamericanos se refiere a esas juntas, instaladas a lo largo de 1810, y consideradas como marco de la independencia, en la construcción de los discursos fundadores de las nuevas naciones que surgen por el territorio americano en las siguientes décadas. Las actuales repúblicas de Venezuela, Argentina, Colombia, México y Chile (en ese orden cronológico), países cuya independencia se consolida en las décadas siguientes, constituyen esta lista de 1810. Bolivia optó por adelantarse, eligiendo como fecha de su Bicentenario, inaugurado con gran pompa por el presidente Evo Morales, la Revolución de Chuquisaca, que ocurrió en mayo de 1809. Paraguay, en un primer momento, optó por no alinearse con Buenos Aires y declaró su independencia en 1811.

Cabe destacar, sin embargo, que son fechas elegidas prácticamente al acaso, toda vez que la mayor parte de estos países tendría su independencia "real", por así decirlo, consolidada años más tarde. Muchas de estas regiones enfrentarían la reacción española que no tardó en llegar, principalmente en aquellas regiones más ricas, como México y Perú. La Guerra de Independencia, iniciada en 1810, apenas terminó en 1823, cuando, con la excepción de las islas del Caribe, España fue derrotada en todo el continente. El proceso, sin embargo, no termina con la retirada de los españoles, ya que varias regiones enfrentaron un largo período de guerras internas, que prácticamente duraría toda la primera mitad del siglo XIX.

Si para la estructuración de los primeros gobiernos, todos republicanos, el modelo fue la organización de los Estados Unidos de América; en la guerra contra España, lo importante fue el apoyo de los ingleses. Inglaterra fue la gran victoriosa, ya que pudo incorporar en su dominio el comercio con esta vasta zona productora de materias primas, compradora de sus productos manufacturados y de la prestación de servicios, tales como la construcción del ferrocarril, la modernización de los puertos, la renovación y el progreso de las ciudades y el financiamiento de las guerras locales, entre otros.

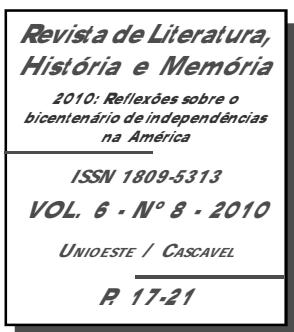
En verdad, pocos cambios ocurrieron en estos países. Se mantuvo la estructura económica existente en la colonia, con la diferencia de que ahora el comercio se hace, usualmente, con los ingleses. Una élite, generalmente blanca o levemente mestiza, controla la propiedad de la tierra y de los medios de producción y mantiene bajo su poder la gran masa de trabajadores, cuya mayoría está formada por poblaciones indígenas, mestizas o descendientes de esclavos africanos introducidos durante la época colonial. De acuerdo con la región, también hay una población blanca pobre, distribuida, en general, en la prestación de servicios en los insignificantes centros urbanos. Las ciudades con la independencia y el consecuente flujo de capitales

extranjeros, básicamente de origen inglés, y los excedentes de la agricultura, la pecuaria y la exploración minera, comienzan a crecer y ven surgir una clase media incipiente, cuya importancia aumentará con el tiempo.

Reflexionar sobre el Bicentenario es pensar en todo esto, evidentemente, una tarea compleja, como la realidad del conjunto de países que escogió el año 2010 para sus conmemoraciones. Tan compleja, en fin, como la realidad actual de cada uno de estos países. Presentamos, a continuación, algunos trabajos, que en las fronteras entre la literatura, esa forma privilegiada de leer la historia; la historia y la memoria, se proponen contribuir con esa discusión. Deseamos a todos una buena lectura.

NOTAS

- *Professor Adjunto da Unioeste/Cascavel no Curso de Graduação em Letras Português/Espanhol e do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Letras: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Cascavel). Coordenador do PELCA: Programa de Ensino de Literatura e Cultura. Editor da Revista de Literatura, História e Memória, juntamente com Lourdes Kaminski Alves.
- *Acadêmica do curso de Letras Português/Espanhol da Unioeste/Cascavel. Integrante do curso de extensão “Formação de tradutores: teoria e prática - uma perspectiva intercultural”, vinculado ao PELCA- Programa de Ensino de Literatura e Cultura.
- 4 AÍNSA, F. El proceso de la nueva narrativa latinoamericana de la historia y la parodia. *El Nacional*, Caracas, p. 7-8, 17 dic. 1988.
- AÍNSA, F. *La nueva novela histórica latinoamericana*. Plural, México, v. 240, p. 82-85, 1991.
- 5 MENTON, S. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- 6 LARIOS, M. A. Espejo de dos rostros. Modernidad y postmodernidad en el tratamiento de la historia. In: KOHUT, K. (Ed.). *La invención del pasado: la novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt; Madrid: Vervuert, 1997.



PRESENTATION:

FLECK, Gilmei Francisco (UNIOESTE/Cascavel)
Translation (English): LEVINSKI,
Guilherme Luis Marins (UNIOESTE/Cascavel)

2010: THOUGHTS ON THE BICENTENNIAL ANNIVERSARY OF INDEPENDENCES IN AMERICA – A BRIEF APPROACH

This year's second edition of the Literature, History and Memory Journal focuses its thoughts on the significant year of 2010, when the eyes of all Latin American countries gazed upon the bicentennial anniversary of their processes of independence from the European nations that colonized them. Among the most significant aspects of this process, there lie fiction's history replays, as the hybrid texts – technically called historical novels – which afforded, in our continent, a dimension that cast them as one of the most critical ways of writing past historical events in the contemporaneous world, according to Aínsa⁷ (1988-1991) and Menton⁸ (1993).

According to Larios (1997, p. 133 – our translation from Spanish) the new Latin American historical novel “[...] becomes critical of the present and tries, in the conscious order of its generation, through the impugnation, the parody, the irony, the deconstructionism, the anachronism, the simultaneity of an alternative past, to reach to a totalizing vision of the world”. This is possible to happen once this hybrid written “[...] installs in its new narrative knowledge specialized languages, exclusive ones, intertextualized ones, with which it disputes with the scientific knowledge of History the final task concerning the historical past: its comprehension” (LARIOS, 1997, p. 133 – our translation from Spanish)⁹..

The most complex question that led us toward such a choice relates to the way Academy behaves in this context. It is our interest to verify which is the discussion to be faced in face by the Academic thought in this jam of information on the ephemeris and what role this thought plays for society as a whole.

Perhaps we had better start by explaining the following expression: *Bicentennial of Independence*. As one can see, it is about an ephemeris celebrated

during the year of 2010, in American Spanish speaking countries, many of which really reached their bicentennial anniversary. We could establish a few questions right away concerning the thought that if independence is celebrated, it undoubtedly happened. So, to what extent did it happen and what does it represent to the countries where it occurred? That could lead to our first discussion here. This matter comprises many aspects, as politics, society, economics, history, culture and so on. It is also of interest to discuss what two hundred years of independence represents to these countries. A lot can be said about it, in various contexts. We could, in this sense, start from that point of view which defends the opinion that such an independence did not yet occur, and then go to the most mixed interpretations for this fact, starting with a simple question: in the modern world, what is it to be independent?

Another line of thought would be the one that tilted toward the problematic of the celebration itself. What is the purpose of ephemeris for society and for the groups of power within such societies. What is the sense of the celebration itself, with the commissions trusted with the organization of congresses, parades, expositions; printing books, posters, banners, seals; creating commemorative medals and coins; carrying out artistic, cultural and political shows; making great deeds, and others not so stately. Or even preparing special harvests for wines bottled as "Bicentennial of Independence", as has been happening since last year in many American Spanish Speaking countries?

Discussing how each Spanish-American community built the discourse that founded their nationality, picking the elements that seemed significant for those who held economic power in their hands in that specific moment is also a necessary task. Reflecting whether that founding discourse still makes sense and how the numerous sectors that contribute to constitute these communities is not only interesting, is also necessary. The question that remains, deeper than going out onto the streets and celebrating something we do not entirely understand is: what is the meaning such a celebration has to every citizen and also to the parade's sponsors?

Generally speaking, one may say that the XVIII century played the role of a ticket into Modernity, as we know it today. Then came the Industrial Revolution that totally changed the ways of production in the world and the social and political relations that resulted from them. Such changes reached the level of ideas, ending up in rethinking the world and the role of the individual in this world, such era is known as the Enlightenment.

After *The Social Contract* (1762), by Rousseau, or *Declaration of the Rights of Man* (1789), among many other essays, the world was no longer the same. The Independence of the United States of America, in 1776, and the French Revolution,

in 1789, the bicentennial of which were celebrated with the deserved pageantry, consolidated the transformations for good.

As a paradox, exporting the ideals of liberty, equality, fraternity, all coming from the French revolutionary process, by the armies of Napoleon, caused a great rearrangement in the European political map and, as a consequence, in the world map. On the one hand, it made each and every individual feel like a citizen with possibilities like aiming to be the owner of his own destiny. On the other hand, as a reaction, it created a wave of nationalisms that ended up making some feel in a way more equal than others.

That happens in Spain: the French ideas that intended to illustrate the country, ridding it from the old plagues of the religious conservatism (the Holy Inquisition was still alive), and from the imperialism that spoiled the American colonies which were then paying the bills of an economy anchored in values from the Middle Ages also give life to a rancorous, popular, but conservative nationalism. The 1808 French invasion alights the illustrated dynasty of the Bourbons from the throne, replaced by a puppet of Napoleon (his brother Joseph, spitefully nicknamed *Pepe Botella* by the Spaniards). A popular reaction was immediate and there started the Spanish War of Independence, which can also be considered a Civil War that would destroy the country up to 1814. In the southernmost part of the country, the Courts of Cádiz gathered to write the first Constitution of the Spanish history, voted for in 1812, but was canceled because of its liberal content by king Fernando VII, the conservative one sent back to the throne after the defeat of Napoleon.

That is the context of the prime manifestations of independence that occurred along the vast Spanish colonial territory in the Americas. Just like the Spanish War of Independence, it is a wide and complex movement. They are numerous manifestations that include from revolutionary movements, according to the French themselves, to simple motions of support, preventing the French king from grasping the throne of Spain, in a defense of the Spanish king in prison. Between 1809 and 1811, practically every region of the vast Spanish management in America would build Government Committees independent from the Spanish power.

The list of Spanish-American bicentennials all refer to these committees, settled all along the year of 1810, and regarded as a landmark of independence, in the construction of the founding discourses of the new nations that would surge around the American territory in the following decades. The current Republics of Venezuela, Argentina, Colombia, Mexico and Chile (in this chronological order), countries whose independences are reinforced in the following decades, constitute this 1810 list. Bolivia preferred to stay ahead, choosing as its bicentennial date,

stately inaugurated by president Evo Morales, the Chuquisaca Revolution, which happened it may 1809. At first, Paraguay preferred not to join Buenos Aires and declared its independence in 1811.

It is noteworthy; however, that these are dates chosen entirely at random, as most of these countries would only reach a real independence consolidated much later. Many of these regions would face a Spanish reaction that did not last to come true, mainly in those much richer regions, like Mexico or Peru. The War of Independence, which started in 1810, only finished in 1823, when Spain was defeated in all of the continents, except for the Caribbean Islands. However, the process does not finish with the Spaniard's retreat, as most of the regions faced a long period of internal wars that would practically last for the whole first half of the XIX Century.

If for the organization of the first governments, all Republican, the model was The United States of America, in the war against Spain the support from the English was important. England was the great victorious, as it can bring about to its power a commerce with this vast zone of raw material production, buyer of its manufactured products and of their services, as the construction of a railway system, harbor modernization, city modernization and the financing of local wars, among others.

In fact, very few changes happened in these countries. The economic structure of the colony kept on, with a slight difference: the commerce is now made with the English. An elite, white or partly half-blooded in general, controls the propriety of land and of the ways of production, and exerts power on a great mass of workers, generally composed of indigenous, half-blooded indigenous, apart from descendants of African slaves introduced during the colony. As proper for the region, there is also a white and poor population, assigned into services in the developing urban centers. With the independence and the consequent influx of foreign capital, basically English, or exceeds of agriculture, cattle raising and mineral exploration, start increasing and then there surges a developing bourgeoisie whose importance grows with time.

Thinking about the Bicentennial is also considering all that, an evidently complex task as the reality of the set of countries that chose 2010 for their celebrations. The chosen thematic is as complex as the reality of each of these countries. What follows are some essays that lie in the edge of Literature – or are about it –, this privileged way of reading history. History and Memory propose to contribute for this discussion. We wish you all a nice reading.

NOTES

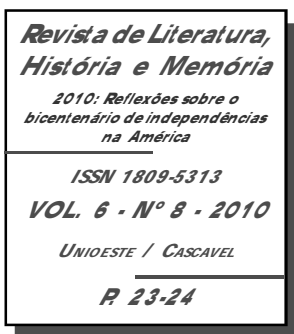
*Acadêmico do curso de Letras Português/Inglês da Unioeste/Cascavel. Integrante do curso de extensão “Formação de tradutores: teoria e prática - uma perspectiva intercultural”, vinculado ao PELCA- Programa de Ensino de Literatura e Cultura.

7 AÍNSA, F. El proceso de la nueva narrativa latinoamericana de la historia y la parodia. *El Nacional*, Caracas, p. 7-8, 17 dic. 1988.

AÍNSA, F. *La nueva novela histórica latinoamericana*. Plural, México, v. 240, p. 82-85, 1991.

8 MENTON, S. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

9 LARIOS, M. A. Espejo de dos rostros. Modernidad y postmodernidad en el tratamiento de la historia. In: KOHUT, K. (Ed.). *La invención del pasado: la novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt; Madrid: Vervuert, 1997.



SUMÁRIO

- Por el camino de la Independencia: relectura de *Las lanzas coloradas* de Arturo Uslar Pietri 25
ZANDANEL, María Antonia
- Simón Bolívar - do herói libertador ao homem desmistificado em *El general en su laberinto* (1989), de Gabriel García Márquez..... 45
STEDILE, Terezinha
- Multiplicidad de perspectivas en el texto, paratextos y metatextos de *Conspiración contra Güemes*: una novela de bandidos, patriotas, traidores de Elsa Drucaroff..... 61
BARI, Camila
- Una lectura burlesca de la independencia de Brasil: *O Chalaça*, de José Roberto Torero (1994). 77
FLECK, Gilmei Francisco
- Novela y atentado: *El expediente del atentado* (2007), de Álvaro Uribe. .. 85
GAMBETTA CHUK
- As guerras de independência no romance histórico brasileiro contemporâneo: conflitos, fissuras, dissenções..... 97
ESTEVES, Antônio R.
- Imagens da América em *El otoño del patriarca* 113
FIORUCI, Wellington R.

Novelas socializadoras para educar al soberano	123
MOLINA, Hebe Beatriz	
Imaginario político y construcción de sentido en " <i>La isla de Róbinson</i> " de Uslar Pietri.....	139
GONZALEZ ATENCIA, Juan Antonio	
História e memória, uma relação conflituosa.....	157
ZIOLI, Miguel	
El huidizo sentido de la Independencia en <i>La isla de Róbinson</i> , de Arturo Uslar Pietri.	167
FEBRES, Laura.	
"Quien habla es otra(o): el anverso y el envés de la historia paraguaya en <i>Madeiras de Clío</i> (2007) de Gloria Muñoz Yegros!"	181
ZAMBRANO, Lilibeth	